



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**  
**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ALANA VICTÓRIA LIMA DA SILVA**

**DO CAMPO PARA A ESCOLA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE**

**REDENÇÃO - CE**

**2022**

**ALANA VICTÓRIA LIMA DA SILVA**

**DO CAMPO PARA A ESCOLA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Administração Pública da UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria**

**REDENÇÃO**

**2022**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Silva, Alana Victória Lima da.

S578d

Do campo para a escola: políticas públicas de segurança alimentar e agricultura familiar no município de Guaiuba -Ce / Alana Victória Lima da Silva. - Redenção, 2022.  
44f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

1. Segurança alimentar. 2. Políticas públicas. 3. Agroecologia. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 363.8

---

**ALANA VICTÓRIA LIMA DA SILVA**

**DO CAMPO PARA A ESCOLA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA - CE**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, por todo apoio em ajudar no que fosse possível em minha trajetória acadêmica.

Sou grata também aos meus amigos e colegas, que ajudaram em diversos momentos cansativos, tornando meus dias leves e divertidos, e com isso, proporcionaram incentivo para ultrapassar obstáculos encontrados ao longo desse tempo.

Meus sinceros agradecimentos aos professores, que ajudaram na realização de minha formação, os quais demonstraram paciência e respeito ao compartilhar conhecimento que farão total diferença em minha caminhada.

Agradeço imensamente a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vilma Moreira Faria, pela disposição em ser minha orientadora.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta como temática principal a implementação de políticas públicas focadas em segurança alimentar para alunos de escolas municipais de Guaiúba - CE. Para abordar o tema foi levado em consideração um estudo de caso na Escola Maria de Lourdes Pereira, a implementação de uma horta escolar transformou o espaço que passou a produção de alimentos sem agrotóxicos. Da mesma forma, a distribuição de alimentos derivados da agricultura familiar é posta como foco secundário, visto que o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) introduz produtores familiares como distribuidor de alimentos produzidos localmente para serem utilizados na alimentação escolar. Aspectos de sustentabilidade, desenvolvimento local, cardápios adaptados a produção local e introdução de hortas escolares em escolas são postos como tópicos retratados. O levantamento de dados aconteceu através de entrevistas aos diversos atores sociais envolvidos, como secretário de educação, nutricionista, geóloga responsável pelo Projeto Horta nas Escolas do município de Guaiúba, diretor, coordenadores, responsável pela horta escolar e ex-cozinheira da Escola Maria de Lourdes Pereira, o levantamento ocorreu no período de 2021/2022. Após a análise dos dados levantados, fica nítida a importância da continuidade do projeto atual de inclusão de hortas nas escolas municipais de Guaiúba - CE. Em relação aos impactos foram observadas alterações alimentares e comportamentais, uma vez que os estudantes têm espaço para fazer parte da produção dos alimentos que serão consumidos, gerando proximidade e atribuindo valor social à ação desenvolvida. Porém, limitações como a quantidade de alimentos produzidos pelas escolas e a participação dos estudantes nas atividades devem ser trabalhadas.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar, Políticas Públicas, Agroecologia.

## ABSTRACT

The present work presents as its main theme the implementation of public policies focused on food security for students from municipal schools in Guaiúba - CE. To address the issue, a case study at Escola Maria de Lourdes Pereira was taken into account, the implementation of a school garden transformed the space that began to produce food without pesticides. Likewise, the distribution of food derived from family farming is placed as a secondary focus, since the PNAE (National School Feeding Program) introduces family producers as a distributor of locally produced food to be used in school meals. Aspects of sustainability, local development, menus adapted to local production and introduction of school gardens in schools are presented as topics portrayed. Data collection took place through interviews with the various social actors involved, such as secretary of education, nutritionist, geologist responsible for the Horta nas Escolas Project in the municipality of Guaiúba, director, coordinators, responsible for the school garden and former cook at Maria de Lourdes School. Pereira, the survey took place in the period 2021/2022. After analyzing the data collected, the importance of continuing the current project to include vegetable gardens in municipal schools in Guaiúba - CE is clear. Regarding the impacts, dietary and behavioral changes were observed, since students have space to be part of the production of the food that will be consumed, generating proximity and attributing social value to the action developed. However, limitations such as the amount of food produced by schools and student participation in activities must be addressed.

**Keywords:** Food Security, Public Policies, Agroecology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

QUADRO 1: Segmentos de entrevistas e atores sociais entrevistados.....	24
QUADRO 2: Entrevistados e quantidade de entrevistas.....	27
QUADRO 3: Alimentos derivados da agricultura familiar local.....	35



## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AE - Agroecologia

AO - Agricultura Orgânica

CEARC - Centro de Educação de Arte e Cultura

CME - Campanha da Merenda Escolar

CNAC - Campanha Nacional pela Alimentação da Criança

CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCE - Instituto Federal do Ceará (Campus Guaramiranga)

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN - Plano Nacional de Alimentação e Nutrição

PRONAN - Plano Nacional de Alimentação e Nutrição

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS - Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	12
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>3.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR .....	13
3.2	AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR .....	17
3.3	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	20
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>23</b>
<b>5.</b>	<b>COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>26</b>
5.1	OLHAR INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO .....	28
5.2	OLHAR PEDAGÓGICO .....	32
5.3	ASPECTOS NUTRICIONAIS.....	33
5.4	O PRINCÍPIO DA HORTA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO MARIA DE LOURDES PEREIRA .....	35
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas se apresenta como alternativa às diversas problemáticas sociais existentes, pois para Silva (2021, p. 07): “o Estado age no sentido de se instrumentalizar para levar adiante programas e projetos definidos como compromissos de agenda junto à sociedade.”. Necessariamente, nota-se a introdução de gêneros alimentícios em escolas da rede pública de ensino derivados da agricultura familiar. Ideia pautada em aspectos voltados a debates relacionados à alimentação de qualidade, e ao quanto isso influencia no desenvolvimento de crianças e jovens em idade escolar passaram a ser levados em consideração, focadas em adaptação a bons hábitos alimentares, e conseqüentemente, crescimento e aprendizagem dos alunos. (DANELON, *et al.*, 2006)

Assim, alimentos derivados da agricultura familiar passaram a ser considerados uma alternativa para substituição de alimentos industrializados consumidos pelos estudantes, objetivando ultrapassar obstáculos referentes à segurança alimentar em escolas públicas. Uma mudança que necessitou ser tomada como básica em outro momento para que tal realidade fosse moldada e, conseqüentemente, todo um pensamento reformulado por debates que apontavam a importante fundamentação acerca da alimentação escolar de qualidade, e assim, considerando aspectos nutricionais pautados em saúde, qualidade de vida, fortalecimento da produção local e desenvolvimento regional. (TURPIN, 2008)

Esta pesquisa trabalhou temas relacionados ao reconhecimento de conceitos como, alimentação escolar atrelada à segurança alimentar, sustentabilidade, cardápios que respeitem a produção local com alimentos oriundos da agricultura familiar, e introdução de hortas escolares em escolas municipais de Guaiúba - CE, focadas em produzir alimentos sem agrotóxicos, com participação de estudantes, como promoção de geração de valores sociais referentes a coletividade, respeito a práticas utilizadas na agricultura familiar local e educação ambiental. Somada ao olhar dos diversos atores sociais envolvidos para proporcionar o direito à alimentação escolar de qualidade aos alunos. Utilizando observações relacionadas à implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), atestando o quão fundamental é considerar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Do mesmo modo, evidenciando considerações acerca da dimensão do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que para Peixinho (2013, p. 915) retrata: “equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades,

direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais.”; ao considerar a Lei nº 11.947/2009 um ponto de fortalecimento e capacidade de ampliação do seu campo de ação, apresentando assim uma política intersetorial. (SILVA, 2021).

Sobretudo, tomando como ponto nevrálgico um estudo de caso na Escola Maria de Lourdes Pereira no município de Guaiúba, que desde sua implementação tem uma horta escolar. Onde a produção de verduras, legumes e plantas medicinais é posta no cotidiano dos alunos e profissionais empregados na escola, ou seja, uma política que proporciona experiências voltadas à educação e sustentabilidade ambiental, cooperativismo e alimentação saudável aos estudantes. E descrever como a Secretária de Educação planeja executar a implementação de hortas escolares nas unidades educacionais do município de Guaiúba – CE.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral:**

Analisar a implementação do projeto de hortas escolares no Município de Guaiúba - CE, focado na Escola Maria de Lourdes Pereira e seus desdobramentos para a comunidade escolar, impactos e perspectivas para o futuro.

### **2.2 Objetivos Específicos:**

- Descrever a trajetória para introdução de alimentos orgânicos derivados da agricultura familiar na rede pública de ensino de Guaiuba - CE;
- Investigar a mudança de padrão alimentar de crianças e jovens na Escola Maria de Lourdes Pereira, no município de Guaiúba - CE;
- Descrever a vivência dos estudantes no ambiente da horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira;
- Conhecer as contribuições do uso da horta escolar da Maria de Lourdes Pereira para melhoria das atividades escolares (ações pedagógicas);
- Expressar a importância da elaboração de políticas públicas relacionadas à alimentação saudável.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

Em meados da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, passaram a existir instrumentos de intervenção legítimos na sociedade, como iniciativas para elaboração de programas governamentais e medidas que possibilitaram influenciar no meio de alimentação da classe trabalhadora, ação referente a instituição de um salário-mínimo acontece, por exemplo. Porém, somente em 1940 ocorreu a origem do Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social - SAPS, abrindo inicialmente a agenda brasileira para discussões voltadas à alimentação escolar, com pautas relacionadas à cardápios adequados à produção local, atrelado ao desenvolvimento regional. A partir deste momento ações relacionadas à política de suplementação escolar passou a se tornar constante na agenda brasileira, tornando o programa de alimentação escolar exemplar, se tratando de sua longa duração e alcance nacional. (TURPIN, 2008)

Logo, nesse momento acontece o embasamento necessário para iniciar observações, rever aspectos jamais delimitados; subjetividades passam a ser levadas em consideração, como necessidades nutricionais na alimentação destinada às crianças (ISSA, *et al.*, 2014). Como resultado, o tema passa a ser visto como uma área que precisa da segmentação de políticas públicas. A merenda escolar passou a existir pela iniciativa do governo estadunidense na criação da *Public Law* (PL) 480, *Agriculture Trade Development and Assistance Act*, que influenciou o Brasil a criar a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) para receber produtos do Programa *Food For Peace*, onde seriam direcionados a alimentação em escolas, marcando o surgimento da política de introdução da alimentação escolar. (FNDE, 2017)

O Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) denominado dessa maneira em 1979, apresenta um vasto histórico. Segundo o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seu início remete à década de 1940, quando o Instituto de Nutrição apresentou a proposta de oferecimento de merenda escolar financiada pelo Governo Federal, apesar dos esforços, não obteve êxito por falta de investimento financeiro. Em razão disso, apenas na década de 1950 inicia a disposição de merenda escolar para alunos da rede pública pelo PNAE. São beneficiários do programa: “alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos)” (FNDE, 2017).

Este programa abrange todo território brasileiro, objetivando a distribuição de gêneros alimentícios para estudantes, sendo assim, um programa relacionado a implementação de política pública na área da alimentação escolar com maior extensão territorial e durabilidade do país, se tomado como base elaboração e implementação de programas focados em “suplementação alimentar no Brasil” (BELIK e CHAIM, 2009).

O Decreto nº 37.106/1955 deu origem a Campanha de Merenda Escolar (CME) sendo sujeita ao Ministério da Educação. No ano seguinte, a campanha passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), focando abranger aspectos de alcance nacional. Em 1965, passou a ser denominado Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), para que fosse possível a adequação para introdução de alimentos derivados dos Estados Unidos, ação relacionada ao auxílio de países com população carente e crianças em idade escolar. (FNDE, 2017)

Em 1976, com o surgimento do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), ocorre a inclusão de pequenos produtores na disponibilização de alimentos *in natura* para serem inseridos na alimentação escolar, uma vez que, os produtos disponibilizados na merenda escolar eram industrializados, sofrendo influência externa dos Estados Unidos. Com essa ação, o PRONAN buscava gerar renda para produtores pobres. Assim, em 1979 o programa passa a ter o nome que apresenta atualmente Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), passando a manter exigências de termos nutricionais para alimentação escolar. (FNDE, 2017)

A visibilidade dada ao setor está diretamente ligada a elaboração de projetos na década de 1980, gerando debates acerca de medidas necessárias para sanar problemas que a crise econômica causou, focando evitar a pobreza rural e urbana, abrangendo o assunto como à seguridade dos Estados e Municípios como detentores da obrigação de disponibilizar alimentação escolar para alunos de nível fundamental. Dessa forma, surgiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que foi tomado como base para o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995; outras questões como comercialização e constante procura por regulamentação geraram alterações ao meio, possibilitando melhorias. (FNDE, 2017)

Em 1988, a Constituição Federal brasileira em seu art. 6º passa a garantir o direito à alimentação escolar para alunos da rede pública, por meio de programa gerenciado pelo Governo Federal (BRASIL, 1988). Inicialmente, seu gerenciamento era feito de maneira

centralizada, a distribuição ocorria de forma vertical, ou seja, o órgão federal planejava e executava a distribuição de alimentos para Estados e Municípios. Somente em 1994 a descentralização ocorreu, passando a ser gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (FNDE, 2017)

Ações como a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fizeram total diferença ao proporcionaram a pequenos produtores locais conseguirem distribuir alimentos orgânicos. Em 2003, apontando na Lei nº 10.696 que possibilita acessibilidade a alimentação em quantidade e qualidade adequada evitando que haja insegurança alimentar e nutricional; buscando assegurar a prestação de auxílio à população rural, mantendo os indivíduos dentro dos parâmetros necessários para seu desenvolvimento. (SCHNEIDER; CASOL, 2013)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) demonstra como isso interfere na maneira de introduzir um grupo social como foco e gerência de oportunidades, visto que foi a partir do mesmo que o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tomou forma, levando em consideração diretrizes importantes, como a introdução de agricultores familiares como grupo de distribuição de alimentos orgânicos, atendendo aspectos importantes, como a produção local e nutricional a estudantes da rede pública. Segundo Saraiva *et al.* (2013), o PAA não somente busca atribuir alimentos de quantidade adequada, como influência estrategicamente na possibilidade de estocagem de alimentos para serem vendidos a preço justo.

Em 2009, com a alteração na Lei nº 11.947, onde incluiu como um dos públicos prioritários na oferta de produtos de gênero alimentício agricultores familiares comprovando a intersetorialidade dessa política pública como um ponto de intersecção, estar ciente da complexidade em propor um projeto que cause impacto em municípios de toda a federação, com realidades distintas (FNDE, 2017). A intersetorialidade do programa está perceptível em sua fundamentação; onde utiliza-se das escolas como fator estratégico de distribuição de alimentos, visando uma conexão entre saúde e educação, gerando meios de nutrição, consciência e sustentabilidade na disponibilidade de produtos derivados da agricultura familiar.

Dessa forma, demonstrar adaptações relacionadas à introdução de alimentos locais no cotidiano de crianças e jovens em idade escolar; um fator determinante na distribuição e adequações buscadas em cada localidade para uma produção pautada em desenvolvimento suportável, respeitando a agricultura presente nas regiões retratadas. Com isso, a elaboração de cardápios focados em nutrição específica referente a produtos oriundos de cada ponto,



planejamento e avaliação da qualidade prevista para uma alimentação saudável e alusiva a soberania alimentar passaram a ser uma atividade complexa, e que segundo Gabriel (2013, p. 21) “envolvendo um grande número de atores sociais, como gestores, professores, nutricionistas, pais de alunos, sociedade civil, agricultores familiares e cozinheiras”, constituindo a ideia de alteração na maneira de se observar alimentação escolar de qualidade.

A introdução de alimentos derivados da agricultura familiar denota diversos fatores, como apontado por Saraiva *et al.* (2013, p. 929):

o apoio a estes agricultores como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis é considerado essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal, promovendo uma conexão entre o campo e a cidade.

A Lei nº 11.947/2009 determina o repasse de 30% do valor destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com foco em investimentos voltados a produtos derivados da agricultura familiar, ou seja, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aponta a necessidade da existência de fundos para o PNAE, onde o mesmo passa a frente na introdução de produtores familiares (FNDE, 2017). Dessa forma, manifestando a importância do desenvolvimento econômico, com a necessidade existente em proporcionar espaço para focar em sustentabilidade e produtos saudáveis.

Os escolares caracterizam-se como um grupo de interesse na história das políticas públicas. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ressalta que os programas de alimentação escolar (PAEs) são importantes intervenções de proteção social e um dos componentes chave para o desenvolvimento sustentável dos países. Considera os PAEs como fator de proteção e prevenção de risco em relação à evasão escolar; limitação de aprendizagem devido à fome e má nutrição; agravamento de deficiências nutricionais; diminuição do orçamento familiar e; insegurança alimentar de agricultores familiares e outros atores em situações de instabilidade financeira, política e ambiental (FAO, 2013). (GABRIEL, et al., p. 25)

O fato do Brasil ser uma República Federativa torna a elaboração de projetos governamentais aplicados em diversos contextos complexos. Se tratando de adesão e vertentes a serem consideradas diante de todos os atores envolvidos. Interpretar situações e vivências de grandes e pequenas cidades, com ou quase sem arrecadação para investimentos; singularidades e diversidades que devem ser levadas em consideração na implementação de projetos. A

autonomia federativa (União, Estados e Municípios) com legislações próprias, autonomia política, administrativa e fiscal, ou seja, proporcionam uma infinidade de aspectos postos em prática em cada município, gerando uma gama de apontamentos que necessitam de considerações.

Em 2018 foram aplicados apenas R\$ 253 milhões, “valor comparativamente menor que o aplicado no primeiro ano do programa, considerando-se a correção monetária”, aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No ano passado, o valor executado pelo PAA com recursos do Ministério da Cidadania foi de R\$ 188 milhões, ou um sexto do que teve o projeto no ápice. Para o período que se inicia, a perspectiva é ainda pior. O previsto na Lei Orçamentária Anual 2020 é de R\$ 101 milhões. A estimativa para o próximo Plano Plurianual, de 2020 a 2023, é de pouco mais de R\$ 520 milhões. Isso significa que o valor previsto para o programa ao longo de quatro anos é menor que o executado apenas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 2012 por meio das compras públicas, com R\$ 586 milhões investidos.

### 3.2 AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA

O grupo social composto por pequenos produtores detentores de terra que se utilizam da estrutura familiar para produção de alimentos voltados ao consumo próprio e comercialização, majoritariamente, integrado por sujeitos do âmbito rural vem demonstrando mudança ao decorrer do lapso no tempo; decorrência do implemento de políticas públicas que demonstram relevância ao grupo na geração de alimentos, dando acessibilidade em aspectos referentes a mudanças na produção; introdução de tecnologias para inovação e implementação de alcance no mercado, meios de financiamentos, produção de alimentos objetivando saúde, sustentabilidade e segurança alimentar. Scneider e Cassol (2013), afirmam que “É no contexto da (re)valorização da ruralidade, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento que o papel da agricultura familiar ganha força.”.

Retratar agricultura familiar é demonstrar o quão diversificados são os produtos disponibilizados pela mesma e como se faz imprescindível. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017) aponta que os estabelecimentos relacionados à agricultura familiar têm relevância na participação de alimentos como café e banana (48%), e em temporadas

específicas com mandioca, abacaxi e feijão, por exemplo. Respeitando a produção regional e introduzindo uma cultura onde a base está em produtos versáteis e sustentáveis.

Por consequência, a acessibilidade relativa à segurança alimentar prevista em lei, assim como, a disponibilidade a alimentação de qualidade em quantidade suficiente, necessitam que programas vissem como continuidade ações que levem em consideração avanços que se fazem oportunas para elaboração de meios para dar continuidade à política retratada, uma vez que dessa forma haverá uma relação posta como alternativa para novas ideias referentes a inovação e sustentabilidade.

A exemplo disso, temos a introdução de projetos relacionados a hortas escolares, onde os próprios alunos vivenciam a experiência de plantar alimentos que farão parte de sua alimentação. Dessa forma, se faz necessária continuidade e ampliação de políticas públicas focadas em tornar a educação de jovens e crianças tocante a introdução de alimentação saudável como um fator que deve ser trabalhado e normalizado, apresentando assim, meios de avanços sustentáveis.

Percebe-se que o modelo agrícola convencional favoreceu o aumento na produção de alimentos na atualidade, porém, Moreira e Carmo (2004, p.39) aponta que “A modernização também representou a ruptura cultural, ecológica e social de suas comunidades. Em nome do progresso, os agroecossistemas foram transformados, as culturas tradicionais foram distorcidas e as estruturas sociais tiveram suas bases modificadas.”. Dessa forma, desprezando conhecimentos geracionais pautados em uma produção sustentável, e respeito às leis da natureza, como a necessidade de reposição de nutrientes ao solo.

Com a constante mecanização de processos no setor de produção alimentícia, produtores sem condições de se manter com o dinamismo do desenvolvimento rural passaram a ser esquecidos, uma vez que a crença de que a necessidade de abastecimento com a crescente alta na população não seria suprida por produções que derivam de conhecimento sustentável, devido à apontamentos relacionados ao uso de técnicas que focam o equilíbrio biológico, ao contrário do que dizem ao descrever como práticas ultrapassadas. Então, alimentos derivados de agricultura que não estão atreladas a constante modernização passaram a ser deixados de lado. (ASSIS *et al.*, 2002)

Por mais que a agricultura moderna tenha avançado em técnicas que procurem ultrapassar os limites estabelecidos pela natureza, a prática agrícola continua a ser

uma atividade essencialmente dependente do meio ambiente, desarmando o otimismo exagerado dos que apostaram na possibilidade do capitalismo superar os limites naturais. (ASSIS et. al., 2002, p.71)

Abreu *et al.* (2012), argumenta acerca da problemática gerada por esse meio de produção mecanizada, pois, embora apresente aspectos de modernização, gera crises ecológicas e socioambientais. Influenciando no risco de I - contaminação de alimentos, II - degradação de recursos naturais, III - utilização de fertilizantes químicos, IV - causando malefícios à saúde de agricultores e consumidores e V - perda de técnicas e saberes tradicionais dos agricultores. Em virtude disso, surge a necessidade de rever concepções relacionadas à maneira de pensar nos desafios existentes e quais seriam os reais aspectos que transformam esta realidade.

A Constituição Federal (1988) no Art. 225, assegura: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”. Desse modo, buscar mudanças na produção alimentícia se faz necessário. E Abreu et al. (2012, p.144), aponta alternativas para adequação a outras formas de produção:

As agriculturas tidas como alternativas ao modelo convencional são consideradas como de potencial para contribuir e enfrentar esses desafios. Entre elas estão aquelas relacionadas à segurança alimentar e à preservação do meio ambiente, tais como a Agroecologia (AE) e a Agricultura Orgânica (AO). Para além de objetivos comuns, ambas (AE) e (AO) se referem à ecologia e questionam o modelo tecnológico implantado durante o século XX; sustentam-se em definições, paradigmas, princípios diferenciados.

As propostas apresentadas demonstram diferenciadas visões, enquanto a Agricultura Orgânica foca em aspectos na “ciência do solo”; a Agroecologia Sustentável foca na “ecologia” (Abreu et al. 2012). Ou seja, a AE se apresenta como uma alternativa focada em sustentabilidade, preservação da diversidade biológica e cultura, pautada em conhecimentos e utilização de técnicas locais. (ABREU *et al.* 2012 *apud* REIJNTJES *et al.*, 1992; GLIESSMAN, 2009). Se tratando de AO, conceitos como equidade, saúde, justiça e aspectos da ciência do solo são os principais aspectos levados em consideração (ABREU et al. 2012 *apud* IFOAM 2005).

A agroecologia surge como ciência em meados da década de 1970, como um movimento de busca por uma agricultura pautada em sustentabilidade, pois está diretamente ligada ao meio ambiente, o que acaba por causar limitações em ações que afetem o mesmo. A mesma apresentou como um contraponto da agricultura convencional, tendo como objetivo a diminuição da prática de monoculturas. Dessa forma, há o empenho em gerar diversidade na produção, gerando uma ruptura com técnicas que gerava a degradação do solo utilizado, com a não reposição adequada de nutrientes. (ASSIS et. al, 2002)

Agricultura orgânica é um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilitam o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza. Alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças. (ORMOND, et al., p. 5, 2002)

Se tratando de agricultura orgânica, para Assis et al (2002, p. 75):

na agricultura orgânica junto a alguns estratos de agricultores, em especial os de maior nível de capitalização, é um risco do estabelecimento de sistemas de produção com base em tecnologias de produtos, que não se afastam fundamentalmente na forma dos sistemas convencionais de produção. Isto ocorre, na medida que para estes agricultores, enquanto agentes econômicos, o desejo implícito, de aumento de eficiência a partir da simplificação dos sistemas de produção é exacerbado em detrimento de uma maior complexificação desejada em sistemas agroecológicos.

Com isso, observamos a necessidade de importação de insumos que acabam por ser utilizados na produção dos alimentos, não existe o distanciamento de práticas focadas no capitalismo. Por isso, ações em produções na agricultura orgânica são focadas na perspectiva de mercado, na geração de capital. Uma parcela de mercado que é vista como um alimento limpo, porém, suas práticas não estão atreladas a elementos de venda.

### 3.3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A relevância da alimentação escolar e da escola se desnudou ainda mais na pandemia, quando as escolas ficaram fechadas, sendo que a instituição era, muitas vezes, o espaço da única alimentação balanceada diária de uma criança. Há diversos aspectos que devem ser observados

para tomar como base a noção sobre a falta de acesso a alimentação de qualidade no Brasil, a distribuição de renda é o principal. A falta de distribuição de renda proporciona às pessoas a não alimentação necessária para seu desenvolvimento intelectual e corpóreo, isso não significa que passem fome, mas que não conseguem ter acesso a alimentação saudável. Dessa maneira, políticas públicas como o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) expõem trilhas que apontam a importância da introdução de alimentos regionais na alimentação escolar, porque além de proporcionar geração de renda aos produtores locais, soma na alimentação disponibilizada aos estudantes.

O adequado planejamento dos cardápios a serem servidos aos escolares, assim como o acompanhamento da execução dos mesmos são importantes para o alcance dos objetivos do programa, na medida em que há um mínimo de aporte nutricional a ser garantido, além de ser este considerado como um instrumento para a formação de bons hábitos alimentares entre os beneficiários. (SANTOS, 2007, p. 2686)

A alimentação escolar se comprova como uma questão valorosa para os indivíduos em todas as etapas de sua vida, principalmente quanto ao seu desenvolvimento. Belik (2003, p.14) demonstra que questões como essas devem tomar como fundamento básicos, como dignidade: “Dignidade significa permitir que as pessoas possam comer em um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas tradicionais de higiene.”

Sua importância deriva exatamente da necessidade de comprometimento com a segurança alimentar de crianças e jovens, mas com foco em outras aspirações, como a introdução da agricultura familiar como grupo de distribuição de alimentos orgânicos. Delimitar meios de produção e especificando sua real necessidade, levando em consideração o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tomando como fundamental o acesso à alimentação digna garantida. Conforme Turpin (2008): “preconizando o emprego de alimentos regionais, o que visava enriquecer a base nutritiva da alimentação dos escolares, mas que também viria a se constituir no embrião do apoio à pequena produção local.”.

Dessa forma, a alimentação escolar deve ser vista como algo a longo prazo, onde saídas para adequação de alimentos sem industrialização sejam facilmente aceitas pelos alunos. Para que isso aconteça é preciso ser posto em prática uma série de ações, políticas de adequação com diversos atores sociais envolvidos. Um olhar institucional deve ser preconizado, pois dessa forma alternativas voltadas à elaboração e introdução de alimentos adequados na merenda escolar serão bem trabalhados.

Conceição (2019, p.02), defende que:

A história da alimentação e a sociologia alimentar indicam que a *cozinha* ultrapassa o universo da culinária e da alimentação para ser também uma questão identitária, de memória e de tradição. O consumo alimentar envolve códigos sociais que se desdobram em modos de cozinhar, de comer, de beber, de produzir, de preparar, de se pôr à mesa e/ou diretamente ao chão – muitas são as formas de comensalidade. Tais códigos se modificam nas diferentes temporalidades e espacialidades da vida social.

Nessa perspectiva, focar em uma boa alimentação destinada aos estudantes geram aceitabilidade e evolução social. A merenda escolar nitidamente tem o poder de influenciar na dedicação e evolução escolar de crianças e jovens, e por consequência, influencia na maneira de se ver os alimentos, a aceitação presente na infância de alimentos orgânicos gera um cenário futuro de crianças saudáveis e com desenvolvimento adequado. (DANELON, 2006)

O vínculo entre agricultura familiar, segurança alimentar e alimentação escolar, gera pautas focadas na extensão trabalhada em municípios que denominam agricultura como meio de geração de renda e oportunidade de proporcionar saúde, bem-estar físico e mental aos indivíduos; apresentando relação direta à alimentação saudável e sustentabilidade nos meios de produção, atrelada a área de educação.

Ao tratarmos de questões como qualidade de vida, saúde e bem-estar social, nos referimos diretamente ao papel fundamental da adesão de políticas públicas referentes à possibilidade de proporcionar condições adequadas perante situações compatíveis com elaboração de programas que tomam como fundamento práticas de progresso melhoria de vida para classes necessitadas, objetificando implementar políticas públicas que interfiram no contentamento e aplicabilidade de resoluções, causando impacto na sociedade, pois segundo Belik e Chaim (2009, p.597): “A alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes.”

#### 4. METODOLOGIA

Discussões sobre territorialidade demonstram observações relacionadas a existência de mecanismos da produção no espaço-tempo alusivas à política, economia, desenvolvimento social e cultural. Dessa forma, gerando uma relação identitária local, dialogando com questões socioculturais pautadas fundamentalmente em desenvolvimento e influências sofridas ao decorrer de acontecimentos históricos, isto é, se tratando de evolução, redefine noções introdutórias de uma economia inicial, causando impacto na formação local quanto ao seu contexto físico e ao desenvolvimento da produção territorial. Para que isso seja estudado é necessário identificar os diversos atores sociais envolvidos e investigar os processos que geraram características no espaço. (GODOI, 2014)

O ponto central deste trabalho é demonstrar uma pesquisa com abordagem qualitativa voltada a políticas públicas de segurança alimentar e agricultura familiar no município de Guaiúba – CE. Apresentando pontos como práticas sustentáveis de produção de alimentos, e consequentemente, proporcionar alimentação escolar adequada. Ademais, a pesquisa descreve a partir de um olhar empírico observações relacionadas a um estudo de caso na Escola Maria de Lourdes Pereira, sobre a utilização de alimentos produzidos na horta escolar e utilizados na merenda dos alunos. Este trabalho foi dividido entre pesquisa bibliográfica, onde Lima e Mito (2007, p.38), diz que: “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Onde uma busca por conceitos e perspectivas iniciais foram feitas.

Juntamente, com o método de pesquisa descritiva, uma vez que, “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.” (RAUPP E BEUREN, p.81, 2006). Levando em consideração esses aspectos, abordaremos uma pesquisa de campo referente à introdução de gêneros alimentícios na alimentação escolar derivados da agricultura familiar e de hortas escolares no município de Guaiúba - CE. Projeto que tem como principal objetivo apresentar aos alunos a possibilidade de acompanhamento e cuidados com alimentos produzidos em canteiros pelos próprios.

Diversos atores sociais estão envolvidos para que esta prática ocorra, desde aspectos mais burocráticos, porém, necessários, como abertura de processo licitatório para cooperativas distribuírem alimentos, passando pela elaboração do cardápio escolar pela nutricionista do município com o recurso disponibilizado pelo PNAE, onde 30% devem ser gastos com produtos



derivados da agricultura familiar, e por fim, a utilização dos produtos na alimentação escolar, por exemplo. Se tratando da produção de alimentos nas hortas escolares, núcleo pedagógico, alunos, cozinheiras e demais profissionais empregados nas escolas. Dessa forma, buscaremos demonstrar por meio de entrevistas o ponto de vista dos mesmos. O quadro a seguir demonstra os segmentos de atores que foram entrevistados para este estudo. Determina a maneira que foram orçados, e seus respectivos segmentos

**QUADRO 1:** Segmentos de entrevistas e atores sociais entrevistados

Entrevistas (Atores Sociais):	
Olhar Institucional e Comunitário:	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Secretário de Educação de Guaiúba - CE;</li> <li>● Engenheira agrícola responsável pelo projeto “Horta nas Escolas”;</li> <li>● Responsável pela horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira;</li> <li>● Ex-cozinheira da Escola Maria de Lourdes Pereira.</li> </ul>
Olhar Pedagógico:	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Diretor da Escola Maria de Lourdes Pereira;</li> <li>● Coordenadores da Escola Maria de Lourdes Pereira.</li> </ul>
Aspecto Nutricional:	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Nutricionista do município de Guaiúba - CE.</li> </ul>

Fonte: Produzido pela autora (2021)

No primeiro segmento, questões institucionais e comunitárias foram postas. Questionamentos acerca de projetos voltados ao meio educacional relacionados a tema proposto na pesquisa, como: projetos de leis, políticas públicas e ações que a Secretária de

Educação tenha possibilidade de implementação nas escolas municipais para adequação e conscientização de práticas alimentares. O olhar comunitário tem como propósito demonstrar a perspectiva de indivíduos que tiveram ou têm contato com a horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira, seria o caso do responsável pela horta e a ex-cozinheira.

No segundo segmento, a introdução de ações que causem nos alunos curiosidade e vontade de interação com o ambiente da horta escolar, com promoção de aulas que se utilizem do espaço para tratar de forma didática disciplinas que possibilitem sair das aulas convencionais. Perguntas voltadas à participação e interação dos estudantes com cuidados com a horta e mudanças nos hábitos alimentares dos alunos, foram feitas. A história da horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira também foi baseada no relato desse grupo.

No último segmento, a visão da nutricionista de Guaiúba referente a questões voltadas ao recurso disponibilizado pelo PNAE para ser utilizado na compra de suplementos para a merenda escolar, a produção de alimentos derivados da agricultura familiar, e conseqüente, a utilização dos 30% do recurso para alimentos produzidos por agricultores familiares locais e os cuidados com os alimentos produzidos em hortas escolares foram as principais pautas.

Em síntese, questões relacionadas a adaptação para produção de alimentos orgânicos na própria escola, métodos de abrangência aplicados aos alunos para os cuidados com os canteiros, o caminho dos alimentos produzidos nas hortas até a cozinha, e posteriormente, ser servido como refeição escolar; a questão orçamentária para que um projeto como este seja aplicado e perdura, foram alguns dos pontos levantados. Tal qual, considerações voltadas à elaboração do cardápio escolar, buscando entender como é estruturando o projeto Horta nas Escolas. O objetivo da coleta de dados foi buscar informações sem interferência nos meios de aplicação do projeto e em seu contexto de atuação. Em razão disso, levando em consideração a realidade empregada na localidade retratada de Guaiúba, na localidade do Baú com a horta escolar da Maria de Lourdes Pereira.

Em relação às dificuldades encontradas para conclusão da pesquisa está o atual momento de pandemia do Covid-19. As entrevistas tiveram que ter um espaço entre si exatamente por esse motivo, as mesmas aconteceram entre 2021 e início de 2022. Os horários agendados passaram a se tornar complicados de serem cumpridos, principalmente pela Escola Maria de Lourdes pela quantidade de entrevistados no mesmo dia.

## 5. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O Município de Guaiúba - CE, onde o próprio nome aponta como significado “por onde vêm as águas do vale” traduzido do Tupi, por José de Alencar, explicita que seu recurso natural de maior importância, no caso a água, tornou a localidade um ponto de produção agrícola. No início do século XIX o município deu origem à produção de café nas Serras de Baturité e Aratanha, referente ao cultivo de grãos e algodão. Em razão disso, podemos identificar o impacto na base produtiva local, pautada principalmente na agricultura. (IBGE, 2017)

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2020, Guaiúba contava com 17 escolas de ensino infantil (1.227 alunos matriculados), 17 de ensino fundamental (3.343 alunos matriculados) e 2 escolas de ensino médio (1.006 alunos matriculados). No ano de 2021, a sede da Secretaria de Educação e mais 12 aparelhos educacionais (Escolas, creches e quadras esportivas) estão em reforma, para ofertar uma estrutura de maior qualidade para os alunos do município, segundo o secretário de educação.

Em uma breve retrospectiva política, o atual Secretário de Educação, passou 16 anos como vereador do município em mandatos consecutivos, possibilitando projetos de lei que possam beneficiar a população. Um desses projetos foi o “Horta nas Escolas”, voltado para as unidades educacionais dos municípios de Guaiúba, onde cada unidade tinha que desenvolver uma horta saudável, proporcionando ao aluno o primeiro contato com o meio ambiente e disponibilizar alimentação saudável. Despertando o sentimento de pertencimento daquela horta dentro da sua unidade educacional, mas, infelizmente o projeto inicial não foi implantado.

Para Schorr e Cenci (2014, p. 02):

O mundo globalizado está em crise, e aspectos que denotam ainda mais essa questão é a degradação presente no ambiente, o risco premente de um colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza, surgindo, como tema do momento a sustentabilidade e a necessidade de mudança urgente de atitude por parte das pessoas, governos e organizações.

Nessa perspectiva, o município de Guaiúba busca alternativas educacionais e políticas públicas adequadas para produção de alimentos sem aditivos químicos, objetivando suprir a demanda de consumo de alimentos não industrializados por alunos da rede pública de ensino. O contexto em que os alimentos industrializados estão sendo consumidos e tem um alto nível

de aceitação por alunos faz surgir iniciativas focadas em apresentar saídas pertinentes, como a introdução de hortas escolares nas escolas.

Desta maneira, foi preciso para coleta de dados em uma pesquisa de campo, a qual uma visita a Escola Maria de Lourdes Pereira aconteceu para que fosse possível conhecimento da atual condição da horta escolar. No mesmo momento entrevistas com diretor, coordenadores e responsável pela horta aconteceram, para que fosse possível levantamento de dados sobre sua existência e continuidade, pois a visão de passos futuros foi descrita.

O quadro a seguir demonstra a quantidade de entrevistas e os respectivos cargos/funções de cada indivíduo entrevistado, onde foram aplicados questionários distintos para cada categoria descrita. As entrevistas foram realizadas de acordo com o cargo/função e disponibilidade dos envolvidos:

**QUADRO 2:** Entrevistados e quantidade de entrevistas

<b>Entrevistados</b>	<b>Nº</b>
Secretário de Educação de Guaiúba – CE	1
Geóloga responsável pelo projeto	1
Responsável pela horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira	1
Cozinheira	1
Diretor da escola Maria de Lourdes Pereira	1
Coordenadores da Escola Maria de Lourdes Pereira	2
Nutricionista do município de Guaiúba – CE	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: produzido pela autora (2022)

Ao início de cada entrevista foi solicitada permissão para gravação, não houve qualquer impossibilidade ou desconforto apresentada pelos entrevistados em relação aos temas propostos nos questionários aplicados. Durante as entrevistas foram postas questões elaboradas para cada modalidade. Os entrevistados foram divididos em 3 (três) segmentos: I – Olhar Institucional e Comunitário, II - Olhar Pedagógico e III - Aspectos Nutricionais.

## 5.1 OLHAR INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO

Segundo o Secretário de Educação de Guaiúba, em 2021 foram iniciados 2 (dois) projetos piloto de implementação de hortas escolares no município. Na Escola do CEARC (Centro de Educação de Arte e Cultura) e na Creche Maria Cavalcante Teixeira, ambas localizadas na sede do município. Existe outra unidade bem desenvolvida com horta escolar, a Escola Maria de Lourdes Pereira, localizada em um distrito. O Secretário afirma que o foco é “implementar em todas as unidades educacionais canteiros e hortas verticais” para proporcionar às escolas a possibilidade de produzir e disponibilizar uma alimentação saudável para os alunos no ambiente escolar, com participação dos mesmos na produção.

Quando surgiu a ideia do “Projeto Horta nas Escolas” o intuito era implementar uma horta escolar saudável em cada escola municipal de Guaiúba, onde seria produzido alimentos para serem disponibilizados na alimentação escolar, e despertar nos alunos o primeiro contato com o meio ambiente, uma vez que, os estudantes teriam participação nos cuidados com a horta. Dessa maneira, visava a educação como meio de estabelecer sentimento de companheirismo entre os alunos, coletividade e mais uma série de fatores que não só estão propriamente relacionados ao plantar, mas sua totalidade iria influenciar no desenvolvimento dos alunos, pois teria uma perspectiva de plantar, cuidar, ter responsabilidade e compromisso com as ações existente no espaço da horta escolar.

Ao ser questionado acerca da finalidade do espaço da horta escolar, se seria aplicada uma visão pedagógica ao utilizá-lo ou somente serviria como ponto de produção de alimentos para disponibilização na alimentação dos alunos, o assunto tomou um viés mais pedagógica, exatamente pelo fato do atual secretário de educação ter lecionado em escolas do município, e entender questões focadas em aprendizagem. Os professores serão instigados a utilizar o espaço para que ocorra geração de conhecimento no ambiente retratado. Isso acontecerá antes das entregas das hortas em cada unidade escolar, será feita a divulgação de palestras com professores, alunos, a comunidade estudantil para que a equipe esteja motivada, e debates sobre o tema para ser demonstrada sua importância. Então, a Lei Municipal nº 896, de 18 de setembro de 2018 que dispõe da introdução da disciplina de Educação Ambiental no currículo escolar do município de Guaiúba foi citada.

Art. 2º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade

Guaiúba produz alimento saudável e de qualidade, mesmo que nas palavras do secretário de educação “seja dificultosa a retirada total de agrotóxico da produção alimentícia.”. A prática de responsabilidade com o meio ambiente tem sido a base para desenvolvimento de projetos, atribuindo ao grande curricular disciplinas, como estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que determinada na Lei da Primeira Infância: Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016:

Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Tal qual, a introdução da disciplina Ética e Cidadania nas escolas, a Lei nº 902/2018 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir atividades com o tema ÉTICA E CIDADANIA no contexto didático-pedagógico nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de Guaiúba e dá outras providências.”. Segundo o secretário de educação, são projeto que: “Saem do tradicional, são voltados a ação social.” Dessa forma, são crianças que vão ter desde pequena uma visão mais social de cuidado com o ambiente.

Quando questionado sobre o andamento da implementação das hortas em unidades escolares ainda em 2021, e como ficaria a Escola Maria de Lourdes Pereira a qual tem uma horta desde sua implementação. A resposta foi que as escolas que já têm hortas o espaço será aprimorado, e nas demais escolas será iniciado o processo de introdução da horta. Em relação a implementação de hortas em todas as escolas do município, é dito que: ao projeto ser concluído em todas as escolas os alunos terão a possibilidade de troca experiências, intercâmbio entre as escolas existirá, por exemplo. “Os meninos de uma escola tal vão visitar outra e troquem experiências”, o que acaba por gerar uma formação social de troca no sistema educacional.

O secretário aponta ainda possíveis parcerias para evolução do projeto, como: IFCE de Guaramiranga, para conhecer os cursos relacionados ao projeto de hortas nas escolas. A Secretária de Educação juntamente a Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura do município de Guaiúba estão trabalhando juntas para que seja possível a conclusão do projeto,

ou seja, a ideia do projeto e a verba destinada é totalmente municipal. Ao ser questionado sobre a formação dos responsáveis pelas hortas escolares, foi posto que o geólogo presente na equipe de elaboração e implementação do projeto ficará à disposição para capacitar, tirar dúvidas e orientar sobre os devidos cuidados.

Uma das ações do município foi dividir as funções de nutricionistas, uma para a área de saúde, e outra para educação que fica responsável pela elaboração do cardápio de todas as escolas do município, onde a visão das merendeiras e do núcleo gestor são consideradas, pois são eles que conhecem os hábitos alimentares e alimentos de maior aceitabilidade pelos alunos. Os atores sociais que estão em foco inicialmente estão dentro das escolas, profissionais das unidades escolares e alunos, juntamente com as secretarias que estão trabalhando em conjunto. Porém, em 2022 segundo a outra geóloga que faz parte da equipe, e é uma das responsáveis pelo projeto, as ações das hortas serão “externadas para a comunidade”. Desse modo, passando a abranger uma parcela maior da população.

Ao serem questionados acerca da aceitação dos alunos para alguns alimentos produzidos nas escolas como legumes e verduras, por existir a convivência dos mesmos com o espaço de produção e o que achavam que as hortas influenciaram. O secretário de Educação e a geóloga responsável pelo projeto descreveram que quando a participação no processo de produção ocorre, teoricamente, passa a ser entendido e o consumir muda, pois há a conscientização dos seus atos. Em sua fala a geóloga do projeto, diz que está sendo trabalhado agronomia e agricultura, mas em contrapartida, existem conceitos como economia solidária, participação coletiva e aceitação individual, que serão trabalhados em outros momentos.

A geóloga também descreve que para além de plantar a horta precisa ser levado em consideração: “os instrumentos específicos de determinada localização, mas com aceitação de teorias internas para entender os entes participantes e consciente do processo. O que acaba gerando consciência no consumo, no entendimento do orgânico e na agricultura camponesa ou familiar.” Já para o secreta a questão é “desmistificar a questão cultura de crianças não aceitarem alimentos saudável”. Então, quebrar barreiras de aceitação, e aquilo será repassado para outra geração determinado comportamento. Onde o secretário apontou que é uma “cadeia que vai sendo quebrada” para que os indivíduos passem a entender que determinadas ações, como plantar, colher e consumir o que foi produzido, é importante.

A geóloga introduziu sobre temáticas que serão apresentadas para que haja essa iniciação sobre o assunto, a primeira é sobre soberania alimentar, além da segurança alimentar. Porque em Guaiúba existe uma quantidade significativa de agricultores, segundo relato da mesma, mas pessoas da sede não reconhecem essa camada da população, nos distritos por serem menores os agricultores sempre são vistos, mas na sede não acontece da mesma forma. E essa falta de reconhecimento afasta esses produtos locais do consumo da população. Pois é uma “cadeia produtiva”, se as pessoas não reconhecem sua localidade para o potencial de produção alimentícia sem agrotóxicos isso acabará por influenciar em seus atos de consumo. Isso é visto como algo estrutural, e o foco da secretária de educação, nas palavras da geóloga, pois a educação ajuda a quebrar esse paradigma, é um percurso para seguir sempre avançando.

O Secretário de Educação diz que no ano de 2021 o recurso repassado pelo PNAE foi de R\$ 53.629,80 para 4.550 alunos matriculados regularmente nas escolas do município. Alimentos produzidos pela agricultura familiar foram muito procurados pela secretaria, com 30% do recurso. Houve uma licitação, 2 (duas) cooperativas foram contempladas, porém, o jurídico da prefeitura desabilitou uma delas. Ao todo 17 agricultores disponibilizaram alimentos para as escolas do município, mas tiveram desistências. Dessa forma, aproximadamente 12 agricultores continuaram. O secretário de educação aponta o possível motivo para as desistências: “Em um passado recente (2020), não foi comprado nada derivado da agricultura familiar. Mesmo que obrigatoriamente deva ocorrer a compra com o repasse, porém, não aconteceu. Foi alegado que a pandemia do covid-19 não permitiu essa compra. Mas o recurso não foi gasto, continua na conta para ser utilizado, possível em 2022.”.

O secretário diz que já foram comprados mais de 80 mil reais dos produtos da cooperativa produzidos por agricultores familiares. Os 30% correspondem a 176 mil reais para o ano de 2021. O restante do recurso será empregado na elaboração e entrega de cestas-básicas para alunos que não estão estudando presencialmente. As cestas-básicas serão com produtos produzidos localmente, como: Banana, batata e pão, outros itens serão postos, mas o que foram derivados da agricultura familiar são esses. A articulação para ações dessa natureza depende do trabalho e planejamento de muitos profissionais, como nutricionista, profissionais das escolas, membros da secretaria de educação e cooperativa.

Partido para o olhar comunitário, o responsável pela horta desde seu início e permanece até o momento (2021) diz que o projeto tem é importante, pois torna real aspectos relacionados ao cooperativismo, à comunidade consegue interagir e usufruir do que é produzido na horta da



Escola Maria de Lourdes. O mesmo conta que seu conhecimento vem de cuidados com hortas de outras escolas, então quando passou a ter acesso a horta que cuida atualmente apenas aplicou o conhecimento cultivado nas outras.

A ex-cozinheira em seu relato sobre o impacto da horta escolar na vida dos alunos e demais pessoas da Escola Maria de Lourdes Pereira, descreveu que por mais de 30 anos teve a experiência de cozinhar para os alunos com o que era produzido na horta da Escola Maria de Lourdes Pereira. Então, tem plena certeza que é importante a continuidade do projeto e a interação que a escola promove da horta com os alunos. A mesma disse que diversas ações relacionadas à educação ambiental eram propostas em seu tempo e que sempre houve a perspectiva de mostrar o quanto tudo aquilo, o espaço, a participação dos alunos, os eventos são importantes.

## 5.2 OLHAR PEDAGÓGICO

Hortas escolares pode ser utilizada como meio de proporcionar geração de conhecimento, “A horta escolar permite relacionar a educação ambiental com educação alimentar e valores sociais, tornando possível a participação dos sujeitos envolvidos, desenvolvendo uma sociedade sustentável através de atividades voltadas para Educação Ambiental - EA.” (OLIVEIRA, *et al.*, 2018, p.11). A Escola Maria de Lourdes Pereira apresenta ações relacionadas à sustentabilidade, educação ambiental e responsabilidade social.

A escola contava até o ano de 2021 com 316 alunos (1º ao 9º ano). Foi posto como ponto de discussão a ação de um funcionário da escola, que deu a ideia de adição de placas com nome das espécies plantas, sua função. Isso surgiu exatamente da necessidade de apresentar a variedade da plantação da escola, e conseqüentemente, os alunos teriam uma fonte de conhecimento indo até o espaço durante uma aula voltada ao assunto, por exemplo. O coordenador falou que se essa iniciativa fosse implantada talvez chamasse a atenção do aluno.

O diretor e os coordenadores da Escola Maria de Lourdes Pereira relataram que a horta no ano de 2021 não foi utilizada como espaço didático, por conta da pandemia. Porém, foi posto que na época que o PRO Jovem foi implantado acontecia, pois era integrado. Acontecia da seguinte forma, segundo o relato dos coordenadores, o técnico agrícola além de saber como interagir com os alunos na horta, deveria saber quais temáticas estavam sendo tocadas nas aulas.

Um exemplo dado foi sobre a aula de matemática, se um professor estivesse dando uma aula sobre ângulo isso seria passado para o técnico para que fosse apresentado aos alunos no espaço da horta um olhar além do plantio, aplicando pedagogicamente o assunto retratado. Então, seria trabalhado os ângulos existentes naquele espaço.

Um dos coordenadores diz que isso é importante, pois temos que visualizar a horta como parte da escola, e não somente relacionada a questão de produzir hortaliças ou plantas medicinais, uma vez que, “precisamos ver que tudo aquilo tem uma abrangência muito maior”. Se tornar um espaço que vai além da produção para merenda escolar é posta como objetivo para os coordenadores, pois tem também que acrescentar no crescimento e aprendizado do aluno. Ao ser revitalizada a horta passará talvez a ter esse caráter pedagógico, na visão do diretor e dos coordenadores.

### 5.3 ASPECTOS NUTRICIONAIS

O recurso do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) repassado para utilização no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é recebido pelo município de Guaiúba e dividido em detrimento do programa, se utilizando da fórmula:  $VT = A \times D \times C$  (sendo: VT = valor a ser transferido; A = número de alunos; D = número de dias de atendimento; C = valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado). Segundo a Resolução Nº 6, de 08 de maio de 2020 em relação a transferência, operação e movimentação dos recursos financeiros executados pelo PNAE:

II – o valor per capita para oferta da alimentação escolar a ser repassado será de:

- a) R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de Real) para os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- b) R\$ 0,36 (trinta e seis centavos de Real) para os estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio;
- c) R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos de Real) para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
- d) R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos de Real) para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
- e) R\$ 1,07 (um Real e sete centavos de Real) para os estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP;

f) R\$ 1,07 (um Real e sete centavos de Real) para os estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

Juntamente com o recurso, segundo a nutricionista do município de Guaiúba, o FNDE aponta orientações para programação dos cardápios disponibilizados para os alunos, como porcentagem de calorias, micronutrientes (vitaminas) e macro nutrientes (proteínas). Também foi dito que com o recurso “se tenta produzir um cardápio adequado”, mas nem sempre é possível, porque precisaria que mais verba fosse disponibilizada. As altas nos alimentos, principalmente em 2021, deixam a situação complicada. Atingindo as calorias preestabelecidas para cada faixa etária dos estudantes se torna difícil. Pois não há alteração nos valores destinados aos municípios de acordo com as altas nos produtos, o recurso não sofre modificação ou adequação ao preço de mercado dos alimentos necessários para disponibilização na merenda escolar.

Em relação ao repassado, 30% do recurso destinado ao município para alimentação escolar deve ser destinado à compra de produtos derivados da agricultura familiar. Guaiúba não tem uma cooperativa própria, dessa forma os agricultores familiares têm dificuldade em conseguirem repassar alimentos produzidos localmente, uma vez que, os agricultores ficam interligados a cooperativas de fora do município, mas abrem espaço para agricultores da região disponibilizarem alimentos. Mesmo com essa dificuldade existem produtos que são disponibilizados em escolas. A seguir, quadro dos alimentos produzidos localmente por agricultores familiares que são distribuídos nas escolas municipais de Guaiúba para utilização na merenda escolar:

**QUADRO 3: Alimentos derivados da agricultura familiar local**

<b>Alimentos produzidos localmente por Agricultores Familiares (Distribuídos nas escolas do município de Guaiúba - CE)</b>
Frutas: Banana e mamão.
Verduras: Pimenta de cheiro; pimentão verde e cheiro-verde.
Polpas de frutas
Bolos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo Secretária de Educação (Município de Guaiúba - CE), 2021

As frutas (Banana e mamão) são as que têm mais produção no município, por isso são as disponibilizadas para a merenda escolar. Todas as polpas são produzidas localmente, sem qualquer industrialização, da mesma forma os bolos disponibilizados para a alimentação dos alunos. Verduras que são produzidas por agricultores familiares também são plantas em hortas escolares, porém, em pequena quantidade. Não existe uma produção em níveis altos, apenas o necessário para suprir uma necessidade pequena.

Hortas escolares quando implementadas em escolas do município tem autonomia para adaptar o que se colhe ao cardápio escolar. Esse espaço é visto pela nutricionista do município como importante, pois proporciona às crianças desde cedo contato com alimentos saudáveis, causando impacto na aceitação, e por consequência, no consumo. Quando se tem o contato ao produzir o alimento os alunos têm uma abertura para experimentar. Mostrando os processos e deixando os estudantes terem essa prática os níveis de envolvimento causaram curiosidade para experimentar o que o próprio aluno ajudou a produzir.

Foi posto como maior desafio nutricional do município a aceitação dos alunos em consumirem alimentos orgânicos, como frutas e legumes. Quando são alimentos industrializados os alunos são receptivos, ou seja, a vivência dos estudantes em relação a merenda escolar está voltada para alimentos ricos em açúcar. Alimentos como vitamina de banana e mamão são os que têm menos aceitação. Da mesma forma com as verduras, tudo deve ser triturado para que ocorra o consumo. Então, introduzir as crianças em projetos como de hortas escolares farão terem um maior interesse em consumir alimentos adequados e saudáveis. Sem falar o quanto isso ajuda no desenvolvimento de produtores locais.

#### 5.4 A HORTA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO MARIA DE LOURDES PEREIRA

Na Escola Maria de Lourdes Pereira, diferentemente de outras escolas do município de Guaiúba - CE, existe uma horta. Dessa forma, o que será feito são aprimoramentos no espaço. Segundo relato do coordenador da escola, desde sua implementação apresenta um projeto de horta escolar. A diretora do início da implementação viu na horta a chance de proporcionar alimentos que faltavam na alimentação escolar, ou seja, por necessidade. A falta de água e a pouca alimentação disponibilizada pelo município para ser distribuída entre as crianças geraram uma necessidade, como alternativa viável surgiu a iniciativa da horta junto à comunidade.

Então, ter uma horta causava uma segurança, já que na falta de distribuição de alimentos pela prefeitura durante algum tempo a horta sustentaria uma pequena produção de alimentos.

No princípio, as espécies foram sendo plantadas de acordo com possíveis necessidades existentes, hortaliças e plantas medicinais, por exemplo. Dessa forma, “capim santo, erva-cidreira, babosa”, plantas com capim-santo e erva-cidreira são utilizados para fazer chá para os membros das escolas, já a babosa fica à disposição da comunidade. foram sendo introduzidas ao longo do tempo. Com a saída da primeira diretora, a escola e, conseqüentemente, a horta escolar passaram a ser comandadas por outra direção, que optou por dar continuidade aos cuidados com o espaço destinado à plantação. Durante essa direção houve mudanças, como a retirada da horta do chão, pois tinham muitos sapos que ficam nos canteiros e foi dada a ideia de utilizar pneus. Até os tempos atuais (ano de 2021) são utilizados, para plantas as especiais em lugares determinados.

Nessa época também, o Secretário de Educação Chico Assunção, aceitou a introdução do Projeto COOPERjovem na escola, e a partir desse momento a Prefeitura de Guaiúba passa a investir em ações em diversas áreas, como teatro, dança, higiene bucal, incentivo à leitura e a COOPERhorta. Com a chegada do programa a horta passou a ser aprimorada, até esse momento o manejo era feito com base em compreensão cotidiana, não tinham disponibilidade de nenhum técnico agrícola, nem orientação de manuseio na hora de plantar, colher, tempo ou adubagem. Tudo era feito com base no conhecimento básico dos membros da escola.

Mas o COOPERJovem disponibilizou incentivos financeiros, buscando demonstrar a todos a melhor forma de organizar a horta, profissionais passaram a trocar experiência com membros da escola. O projeto chegou a proporcionar uma viagem para que experiências fossem trocadas com outra escola de Mato Grosso do Sul. Porém, depois de algum tempo o programa foi cessado, o município deixou de aderir ao programa, e novamente a horta passou a ficar sob os cuidados somente dos profissionais da escola. O objetivo do COOPERJovem era passar um período com todas as ações citadas anteriormente, mas com um tempo a escola sustentasse tudo aplicado pelo programa sozinha; o intuito não era ficar para sempre.

Após o término do COOPERJovem, a escola continua com os cuidados voltados à horta, porém, ainda tinha uma certa desorganização. As espécies ficavam juntas, pois o espaço era pequeno, as hortaliças ficavam juntas com plantas medicinais. Em 2017, aconteceu de receberem um convite de adesão ao programa PROJovem campo. Com a introdução do mesmo

em 2018, houve a formação da 1ª turma. Esse programa tinha como objetivo apresentar oportunidades para adolescentes que estavam atrasados nos estudos, e conseqüentemente, não finalizaram o ensino fundamental. Esses alunos teriam acesso a um supletivo para conseguirem concluir o ensino fundamental. As exigências para que isso ocorresse era saber ler, escrever e frequentar o programa com cuidado com a horta por dois anos. Isso abriria espaço para uma turma futura de ensino médio, dando oportunidade para quem não teve acesso ao ensino médio por diversos motivos, como trabalho, família, entre outros.

Dentro do PROJovem campo, tinha uma área voltada para sustentabilidade, o sistema atual de irrigação por gotejamento foi feito pela ação deste projeto. E o espaço sofreu modificação, houve um aumento no espaço destinando a plantação e a divisão das plantas, hortaliças, plantas medicinais passaram a ocupar espaços diferentes. O projeto não tinha apenas a finalidade de fazer os alunos se formarem, também existia o comprometimento com a geração de renda, onde teve a introdução dos quintais produtivos. Os alunos tinham a oportunidade de montar hortas em suas casas, os profissionais visitavam e demonstravam os cuidados necessários para tal atividade. Ao ser entrevistada a ex-cozinheira que esteve na escola desde o início da horta escolar demonstra total apreço pelos projetos que apresenta diversos eixos, em especial, que incorporaram a horta como meio acadêmico de geração de conhecimento. A ex-cozinheira diz que, diversos projetos que passaram a ter força, possibilitaram o crescimento e carinho criado pelos profissionais da unidade escolar em produzir alimentos livres de insumos industrializados.

O que é plantado foi sendo possibilitado com o tempo, como dito anteriormente. As espécies testadas iniciais, como: cebolinha, coentro, pimentão, tomate comum, pimenta de cheiro, tomate cereja (que o coordenador diz que não foi boa), quiabo, alface, cenoura, beterraba. O período da pandemia do Covid-19 acabou por diminuir a frequência do que era plantado, colhido e consumido. Exatamente por causa da falta de profissionais na escola e dos alunos que eram responsáveis por aguar. Mas quando chega a esse ponto, o coordenador diz que ver como um desafio despertar nos alunos o hábito de gostar de cuidar e está no ambiente da horta. O coordenador diz que ele tem que entender que “a horta é um bem para a escola, para a comunidade e para ele mesmo”, pois a comunidade está inserida nesse processo, tem pessoas que chegam na escola para pedir plantas medicinais, por exemplo. Ou quando ocorria visita de mães verduras eram distribuídas.

Quando indagados sobre o futuro da horta na Escola Maria de Lourdes Pereira, foi apontado que possivelmente ocorrerá a elaboração e ampliação de espécies. Novas ideias e aspectos que levam em consideração o clima local serão levados em consideração. Além da produção de legumes, verduras e plantas medicinais, também haverá a plantação de frutas na escola. A escolha das frutas selecionadas para produção são: acerola e caju. Essa possibilidade de adequação surgiu com a apresentação do projeto de horta escolares que foca implantar ou melhorar as existentes em escolas do município de Guaiúba.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o percurso deste trabalho, é razoável concluir que o município de Guaiúba - CE, busca alternativas educacionais e políticas públicas adequadas para produção de alimentos sem agrotóxicos, para que seja possível adequação dos alunos das escolas municipais ao substituírem alimentos industrializados por produtos orgânicos produzidos em hortas escolares, e derivados da agricultura familiar. O contexto em que os alimentos industrializados estão sendo consumidos e apresentando alto nível de aceitação pelos estudantes faz surgir iniciativas focadas em apresentar saídas pertinentes, como a elaboração de projetos, como a introdução de hortas escolares em unidades educativas.

Ao apontar o objetivo geral desta pesquisa “Analisar a implementação do projeto de hortas escolares no Município de Guaiúba - CE, considerando a Escola Maria de Lourdes Pereira e seus desdobramentos para a comunidade escolar, impactos e perspectivas para o futuro como estudo de caso sobre hortas escolares.”, pode-se observar que os atores sociais envolvidos consideram a introdução de hortas escolares em escolas do município um passo adequado para a adaptação alimentar dos alunos, apesar da limitação da produção e continuidade dos projetos. Outro ponto retratado, a horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira se mostra como um exemplo positivo de utilização adequada de um espaço, como uma horta escolar. Sempre engajada em projetos e buscando constância para conseguirem manter a horta desde sua implementação.

O primeiro objetivo específico está relacionado à “Descrever a trajetória para introdução de alimentos derivados da agricultura familiar na rede pública de ensino de Guaiúba – CE”. A descrição da trajetória foi demonstrada com indagações feitas aos diversos atores sociais envolvidos para que os alimentos cheguem nas escolas municipais. Elaboração de alternativas para a entrega de alimentos saudáveis e de qualidade para alunos ocorre levando em consideração o “olhar institucional”. Nessa perspectiva, existem saídas que são utilizadas para que ocorra essa alteração nos hábitos alimentares dos estudantes. Porém, barreiras ainda são encontradas, como o fato de em 2020 não ter acontecido a compra de alimentos produzidos por agricultores locais, o que impactou na segurança dos mesmos em disponibilizar produtos para as escolas no ano de 2021, mas esta relação se mostrou outra quando a Secretária de Educação de Guaiúba buscou novamente este vínculo ainda em 2021.



O que se interliga com o segundo objetivo específico: “Investigar a mudança de padrão alimentar de crianças e jovens na Escola Maria de Lourdes Pereira, no município de Guaiúba - CE”, o que para os profissionais da escola em questão entrevistados é um fato importante. A adequação alimentar ocorre, mesmo que ainda se tenham barreiras de aceitação com alguns alimentos, como verduras e legumes, porém, ao proporcionar vivências voltadas a práticas pedagógicas de inserção dos alunos ao ambiente da horta escolar.

O terceiro objetivo específico é: “Descrever a vivência dos estudantes no ambiente da horta escolar da Escola Maria de Lourdes Pereira” Ao demonstrar que a horta escolar está relacionada aos cuidados derivados dos próprios alunos, percebe-se que esse existe o objetivo de utilização do espaço mais do que para produzir alimentos, mas gerando valor social. Dessa forma, existe dentro do ambiente escolar o desejo do aluno sentir a horta como parte de sua formação. Como descrito pelo diretor e coordenadores da escola citada.

Dessa forma, partindo para o quarto objetivo específico: “Conhecer as contribuições do uso da horta escolar da Maria de Lourdes Pereira para melhoria das atividades escolares (ações pedagógicas)”. Observamos que alimentação escolar e educação ambiental podem causar um impacto enorme na vida de crianças e jovens, ou seja, é de extrema importância que debates e abertura para elaboração de políticas públicas referentes a essa área existam, pois aspectos relacionados à saúde, segurança alimentar, sustentabilidade e educação ambiental passam a serem trabalhados desde a infância.

Por fim, o quinto objetivo específico: “Expressar a importância da elaboração de políticas públicas relacionadas à alimentação saudável”. Ações relacionadas a alimentos sem agrotóxicos produzidos localmente e incorporação na alimentação escolar é visto como um fator significativo em seu desenvolvimento, como dito pela nutricionista do município. Tanto influencia na qualidade dos alimentos destinados, quanto a valorização de produtos produzidos localmente. Assim, gerando valorização na produção local e desenvolvimento regional. Mas isso ainda não é possível de ser observado na prática, pois o mercado tradicional de alimentos, geralmente com agrotóxicos, oriundos, inclusive, da agricultura familiar, são base importante da nossa alimentação. Um dos pontos que deve ser salientado é sobre a inexistência de parceria com a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), onde a troca de experiência seria interessante.

Portanto, este trabalho demonstra que a horta escolar da Maria de Lourdes Pereira, é um projeto de pequeno porte, inicialmente fundado por necessidade, e que perdura e deixa diversos frutos na formação de alunos que têm desde criança a noção de cuidados e respeito ambiental, e abre espaço para inclusão de hábitos alimentares melhores. Gerando assim, uma comunidade que preza por técnicas de respeito ao meio ambiente, pautada em valores sociais atrelada à segurança alimentar. Contudo, limitações foram encontradas, como a produção em pequena quantidade e pouca diversidade nas espécies atualmente utilizadas para plantio. O alcance social também não é um dos focos, o que gera a necessidade de melhorias neste sentido. O projeto deve contemplar os diversos atores sociais envolvidos, para proporcionar cooperativismo nas ações relacionadas à horta escolar.

Isto abre espaço para pesquisas futuras, como pesquisas focadas em mais investimentos na área de produção alimentícia local, com produtos derivados de agricultores familiares, se a renda destinada é suficiente ou não para compra desses produtos. Da mesma forma que o Projeto Horta nas Escolas precisa de investigação quanto seus desdobramentos, se realmente contempla todas as escolas municipais e quais aspectos devem ser melhorados. Ações, debates e elaboração de outras políticas públicas focadas em sustentabilidade e agroecologia, o quanto isso gera impacto em nossos hábitos alimentares e conscientização. E por fim, pesquisas relacionadas à dinâmica de envolvimento social quanto a projetos focados para educação ambiental, se há aceitação e participação da população.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Lucimar Santiago et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, 2012.
- ASSIS, Renato Linhares de et al. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 2002.
- BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, p. 12-20, 2003.
- BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, p. 595-607, 2009.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acessado em: 30 de jan. de 2022
- CONCEIÇÃO, A. A. da. Alimentação escolar no Brasil: considerações sobre questões educacionais, sociais e culturais. **Revista Ingesta**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 90, 2019. DOI: 10.11606/issn.2596-3147.v1i2p90.
- DANELON, Maria Angélica Schievano; DANELON, Mariana Schievano; DA SILVA, Marina Vieira. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.
- Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/164569>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- DOS SANTOS, Sérgio Ribeiro; DE SOUSA COSTA, Maria Bernadete; TORRES DE PAIVA BANDEIRA, Geovanna. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Revista de Salud Pública**, v. 18, n. 2, p. 311-320, 2016.
- FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acessado em: 29 de nov. de 2021.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: 02 de agosto de 2021
- GABRIEL, Cristine Garcia et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Construção de modelo de avaliação da gestão municipal. 2013.
- ISSA, Raquel Carvalho et al. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 35, p. 96-103, 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, MS do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, Fabiane; PEREIRA, Emmanuelle; JÚNIOR, Antônio Pereira. Horta escolar, Educação Ambiental e a interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 2, p. 10-31, 2018.

ORMOND, José Geraldo Pacheco et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. 2002.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa. **Enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, p. 76-97, 2006.

SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. EDUFBA, 2014.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4-Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 2681-2693, 2007.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 927-935, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio; CASOL, Abel. Uma agricultura familiar no Brasil. **Série Documentos de Trabalho**, n.º. 145, 2013.

SCHORR, Janaína Soares; CENCI, Daniel Rubens. SABER AMBIENTAL E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS—A CONTRIBUIÇÃO DE ENRIQUE LEFF. **Salão do Conhecimento**, 2014.

SILVA, Sandro Pereira. Dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica. 2020.

SILVA, Thiago Henrique Costa et al. PENSANDO A SEGURANÇA E A SOBERANIA ALIMENTAR: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL. **Revista de Estudos Sociais**, v. 22, n. 44, p. 168-200, 2020.

TURPIN, Maria Elena et al. A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional. 2008.